



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Temática de Crédito, Seguro e Comercialização do Agronegócio				
Título:	Reunião Ordinária N. 6				
Local:	Auditório Octávio Gouvêa de Bulhões, 1º Sub-solo do Ed. Sede do Banco Central do Brasil, SBS Quadra 3 Bloco B - Brasília/DF				
Data da reunião:	30/11/2017	Hora de início:	10:00	Hora de encerramento:	13:00

Pauta da Reunião

LOCAL: Auditório Octávio Gouvêa de Bulhões, 1º sub-solo do Edifício sede do Banco Central do Brasil, Setor Bancário Sul (SBS) Quadra 3 Bloco B – Brasília, DF

DATA: 30 de novembro de 2017

HORÁRIO: 10:00 às 13:00 horas

1. 10:00 – Abertura da Reunião. Sr. Ivan Wedekin, Presidente da Câmara
2. 10:05 – Aprovação da Ata da 5ª. RO da CREDSEC, realizada em 04.07.2017
3. 10:15 – Crédito rural: aplicação na safra 2017/2018 e informes sobre normativos, João Ferrari, Banco Central
4. 10:30 Debate: O crédito rural em perspectiva – panorama, desafios e alternativas em função do cenário macro (juros, inflação, orçamento, política fiscal)
 - a. Custeio e comercialização
 - b. Investimento: programas MAPA-BNDES (TLP), Fundos Constitucionais
 - c. Recursos privados
5. 11:30 – Execução 2017 e proposta orçamentária para 2018 para os instrumentos de política agrícola – representante da SPA
 - a. Seguro Rural
 - b. Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM
 - c. Crédito Rural (equalização)
6. 11:45 – GT-6 – Central de Ônus e Gravames, Fernando Pimentel/SNA, Coordenador
7. 12:15 – Iniciativas de política agrícola em andamento
 - a. Projeto de lei: patrimônio de afetação e Cédula Imobiliária Rural
 - b. Títulos do agronegócio com cláusula de correção cambial
 - c. Outros tópicos
8. 12:45 – Informes da Assessoria das Câmaras Setoriais e Temáticas/ ACST - Sra. Isabel Carneiro.
9. 13:00 - Encerramento.

IVAN WEDEKIN
Presidente da Câmara



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	IVAN WEDEKIN	BM&F BOVESPA	PR	
2	AYRTON JUN USSAMI		PR	
3	RENATO MACEDO BURANELLO	ABAG	PR	
4	RAPHAEL SILVA DE SANTANA	BANCOOB	PR	
5	FERNANDO AMÉRICO SANTO RODRIGUES	BNDES	PR	
6	FERNANDA SCHWANTES	CNA	PR	
7	ARMANDO PETRILLO GRASSO	CNSeg	PR	
8	FERNANDO GOMES DA MOTTA	CONAB	PR	
9	ROBERTO ARRUDA DE SOUZA LIMA	ESALQ/USP	PR	
10	FREDERICO MARTINS PERES	ESSOR	PR	
11	JOSÉ CARLOS DE JESUS GREGIO	FEBRABAN	PR	
12	ALEXANDRE AZEVEDO VELHO	FEDERARROZ	PR	
13	WADY JOSÉ MOURÃO CURY	FENSEG	PR	
14	FRANCISCO ERISMÁ OLIVEIRA ALBUQUERQUE	MF	PR	
15	JOSÉ HENRIQUE DA SILVA	SEAD	PR	
16	FERNANDO LOBO PIMENTEL	SNA	PR	
17	VITOR AUGUSTO OZAKI	SPA/MAPA	PR	
18	VANESSA RIBEIRO	ACEBRA	CO	
19	ADEMIR SILVA	ANDAV	CO	
20	EDUARDO VAZ DA SILVA	APROSOJA - MT	CO	
21	CELIO PORTO	EMPRESA	CO	
22	ALEXANDRE BERNARDES	FAEG	CO	
23	JOSE CARLOS PIRES	IRGA	CO	
24	MONICA NETTO	MF	CO	
25	RAFAEL REZENDE BRIGOLINI	MF	CO	
26	IRAN VEIGA	MPDG	CO	
27	SÉRGIO FERRÃO	MPDG	CO	
28	LUCIANA FERNANDES	PATRI	CO	
29	RODRIGO GUTIERREZ	SINDIVEG	CO	
30	WILSON ARAUJO	SPA/MAPA	CO	
31	JOSÉ MARIA DOS ANJOS	SPA/MAPA	CO	
32	LUIZ FELIPE	UMBELINO LOBO	CO	
33	JULIA THOMSON	UMBELINO LOBO	CO	

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata:	Sim
Desenvolvimento	

Abertura: A 6ª Reunião Ordinária da Câmara Temática de Crédito, Seguro e Comercialização foi aberta às dez horas e oito minutos do dia 30 de novembro de 2017, no Auditório Octávio Gouvêa de Bulhões,



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

Ed Sede do Banco Central do Brasil – Brasília/DF, pelo Presidente da Câmara, Ivan Wedekin, que agradeceu a presença de todos os presentes.

Aprovação da Memória de Reunião da 5ª Reunião Ordinária da CREDESEC, realizada em 04.07.2017;

Devido a falhas técnicas no sistema SGCAM, a Memória de Reunião da 5ª Reunião Ordinária não foi encaminhada previamente, por meio eletrônico, e, devido a este fato, será submetida à aprovação somente no próximo encontro da câmara.

Execução 2017 e proposta orçamentária para 2018 para os instrumentos de política agrícola;

1. Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM / Crédito Rural – José Maria dos Anjos – SPA/MAPA;

O representante da Secretaria de Política Agrícola – SPA/MAPA, José Maria dos Anjos, abriu sua fala dizendo que houve, ao longo de 2017, um encolhimento no orçamento, porém, aos poucos, está sendo recomposto. A explicação pela robustez da PGPM se deve ao fato da imprevisibilidade de acontecimentos do ano seguinte, mesmo a execução sendo baixa. Quanto a formação de estoques em 2017, o orçamento foi de R\$1,7 milhão, com apoio a dois produtos que ficaram abaixo do preço mínimo, trigo e milho, desembolsos de R\$180 milhões e R\$798 milhões, respectivamente. E, vale a pena ressaltar, que está sendo circulada uma nova portaria para destinar apoio de R\$100 milhões em 2018 para trigo e arroz. Também para o ano de 2018, o MAPA enviou proposta orçamentária para o Governo Federal de R\$800 milhões para equalização de preços, com a possibilidade de mais R\$500 milhões de suplementação e R\$1,2 bilhão para Aquisição do Governo Federal – AGF. Também foi informado que hoje a política de equalização de preços é mais forte do que a de formação de estoques, e que o desejo da Secretaria de Política Agrícola é que seja criada uma apólice única de seguro de preço e seguro de produção, mas que esse tema ainda tem que ser muito debatido.

1. Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural – Vitor Ozaki – SPA/MAPA;

O representante da Secretaria de Política Agrícola – SPA/MAPA, Vitor Ozaki, iniciou sua apresentação divulgando quadro sobre a execução orçamentária-financeira do Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural – PSR de 2017, de acordo com cada mês, totalizando R\$367,4 milhões, dos quais 52% dos pagamentos foram realizados ainda em 2017 e antes do primeiro vencimento. Ainda em 2017, foram realizadas 66 mil apólices, com 44 mil beneficiários (volume abaixo de 2016 em função de um orçamento menor). A taxa de prêmio se manteve na casa dos 7,1%, em relação ao passado, e a importância segurada por apólice subiu 3% no mesmo período. Houve também elevação da subvenção por hectare e apólice, 7% e 4%, respectivamente. Vale a pena ressaltar que no caso do trigo a subvenção caiu 41%, já a soja, considerando a representatividade da subvenção por atividade, subiu 9%. Quanto ao percentual de proteção que o seguro oferece ao produtor, o nível de cobertura de 65% aparece como preferência, tendo aumentado, do ano passado para cá, 30% para o milho 1ª safra, 17% para o milho 2ª safra e 50% para o trigo. Por fim, Vitor Ozaki comentou que a expectativa de 2018 é que haja R\$550 milhões para o seguro, R\$410 milhões do projeto de lei, com a previsão de R\$140 milhões de emendas parlamentares. Espera-se também que os percentuais e limites do seguro permaneçam os mesmos, haja maior volume de subvenção para culturas de inverno e continuidade no incentivo do seguro de faturamento. O representante da Federação Nacional de Seguros Gerais – FENSEG, Wady Cury, ressaltou que o mercado vem ajustando suas condutas buscando sempre trazer as taxas de prêmio a um patamar razoável em função das suas operações. No cenário atual existe também a entrada de novos *players* no mercado, companhias operando em novas áreas, mudanças climáticas em diferentes regiões do país, o que tem ocasionado perdas significativas, sem falar das alterações no zoneamento agrícola. De acordo com Wady, para 2018, o volume de prêmio do mercado segurador privado está estimado em R\$1,3 bilhão, ou seja, praticamente R\$1 bilhão a mais fora da subvenção.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

Crédito rural: aplicação na safra 2017/2018 e informes sobre normativos – João Ferrari – BCB;

O representante do Banco Central do Brasil, João Ferrari, iniciou sua apresentação divulgando quadro comparativo de 2016/2017 com 2017/2018 sobre o crédito rural contratado por fonte de recursos, do período de 1º de julho a 22 de novembro. Quanto ao recurso à vista, houve queda de 12,7%, o mesmo aconteceu com recursos do BNDES, porém em menor escala, 5,8%. Em relação aos Fundos Constitucionais (FNE, FCO e FNO), saltou de R\$3,7 bilhões para R\$6,3 bilhões e houve também destaque para a elevação da Letra de Crédito Agropecuário (LCA), R\$6,9 bilhões para R\$11,5 bilhões. Este último possui taxas mais vantajosas, de acordo com cada banco e são menos complexas, com menos observância, e isso reflete na prioridade dos contratantes. O total de recursos 2017/2018 aumentou em praticamente 20% e está estimado em R\$72,1 bilhões. Verificou-se também aumento em todas as finalidades de crédito rural, seja custeio, investimento, comercialização ou industrialização. Deve-se também ajustar o tamanho do crédito rural à demanda, ou seja, está havendo excesso de dinheiro no mercado para pouca demanda. Ferrari também comentou sobre a alteração na Lei do Crédito Rural de 1965, Lei nº 4829, que prevê multa ao banco que apresentar deficiência na aplicação de recursos, os tais direcionamentos, e, a partir de 1º de julho de 2018, relativamente ao ano agrícola iniciado em 1º de julho de 2017, terão que arcar com os custos financeiros estabelecidos pelo BCB. Já a resolução 4603/2017 trouxe alterações no Pronamp e Funcafé, ao invés das taxas serem “de 7,5%”, são “até 7,5%”, dando margem para taxas menores que o limite. Na mesma resolução, a Duplicata Rural – DR e a Nota Promissória Rural NPR poderão operar com recursos controlados, semelhante ao FEE e FEPM. Ao final de sua apresentação, comentou sobre a proposta para diminuir o direcionamento dos créditos agrícolas e o aperfeiçoamento da gestão de risco rural, algo semelhante ao dos EUA, e trouxe alguns objetivos para 2018, tais como modernizar o arcabouço legal do crédito rural, notadamente a Lei 4.829/1965, algumas medidas para fortalecer o mercado de capitais do financiamento ao setor rural e a busca por menores custos de observância para instituições financeiras na contratação e na fiscalização do crédito rural.

GT – 6 – Central de ônus e Gravames – Fernando Pimentel – SNA;

O representante da Sociedade Nacional de Agricultura, Fernando Pimentel, comentou que o grupo está evoluindo nas conclusões e voltou a esclarecer sobre os principais objetivos. Dentre eles, a busca por maiores financiadores privados, ampliação do volume de crédito financeiro e comercial, melhorias na gestão do crédito rural, aperfeiçoamento da segurança jurídica para os financiadores, que muitas vezes acabam sendo prejudicados pela onerosidade e morosidade jurídicas e, por fim, busca-se evitar o sobre financiamento de produtores e empresas. Porém, para que estes sejam alcançados, os desafios incluem a CPR (Cédula de Produto Rural) com registro eletrônico; regulação do mercado MP 725/16, a criação da Cédula Imobiliária Rural, e em aspectos políticos, a obrigatoriedade de escriturar operações e a aceitação perante a frente parlamentar, que culminará com o interesse do mercado financiador. Todos esses desafios precisam ser organizados e alinhados a fim de se atingir um único propósito, melhorar as operações de crédito. Ao final, salientou sobre as barreiras do crédito agrícola direcionado e enfatizou a importância de maior participação do crédito privado na agricultura. Ivan Wedekin fechou a discussão citando que as principais finalidades do setor são a busca de menores riscos para os financiadores do agronegócio, oportunidades para pagamento de taxas menores de juros e a possibilidade de acesso a um volume maior de recursos.

Debate: o crédito rural em perspectiva – Panorama, desafios e alternativas em função do cenário macro (juros, inflação, orçamento, política fiscal);

Antes de iniciar o debate, o Presidente da Câmara alertou para as diferenças do atual quadro macroeconômico. Se comparado às últimas safras apresentam questões como a taxa de inflação a 2,7%, SELIC projetada em 7% para 2018, preço dos alimentos nos últimos 12 meses caindo a 2,1%, além de outros fatores. Ou seja, espera-se um cenário otimista, com plano de safra mais fácil, em virtude de uma



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

taxa menor de juros no crédito rural. Ainda, de acordo com Ivan Wedekin, segundo boletim do BCB, do final de 2016 para o final de 2017, a taxa de juros média para pessoa física caiu de 42% para 34%, os juros médios controlados também caíram de 8,6% para 7,7% e a taxa de juros livres, dentro do crédito rural, teve uma queda significativa de 20,2% para 11,7%. Também foi colocado em pauta a questão da impenhorabilidade de um módulo fiscal que, de acordo com nova interpretação jurídica, a impenhorabilidade, a partir de agora, seria a “pequena propriedade rural”, algo confuso, considerando que a “pequena propriedade” (imóvel de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais), varia em hectares de estado para estado, e isso tem causado dúvida entre os produtores. De acordo com o representante da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás – FAEG, Alexandre Bernardes, os principais agentes financeiros interromperam todas as propostas de custeio e investimentos, em função de uma interpretação das garantias pactuadas nesse processo, ou seja, todos os projetos de investimentos de custeio estão paralisados. Quanto a esse assunto, ficou determinado que se descobrisse a origem da nova interpretação jurídica a fim de melhores esclarecimentos. Na sequência, o representante da Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG, Renato Buranello, concordou com o propósito de alinhar os objetivos da cadeia com relação às operações de crédito, e solicitou que a Câmara Temática elaborasse uma agenda propositiva para 2018, incluindo assuntos como CPR, CDCA, CRA, e outros créditos rurais, assim como, imediata revisão em alguns ajustes na CPR e na Lei 11.076/2004.

Crédito, Seguro e Comercialização para a cultura do Arroz – Alexandre Velho – FEDERARROZ;

O representante da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul, Alexandre Velho, relatou sobre os excelentes níveis de produtividade da cultura do arroz, média de 7250kg/ha, atingindo a segunda colocação mundial, atrás dos EUA, mas, em contramão, com alto custo de produção, a exemplo da energia elétrica, manutenção de equipamentos e defensivos. Altos custos e outras questões que têm feito com que alguns produtores capitalizados migrassem para outra cultura de maior rentabilidade. Alexandre também expôs que o problema envolvendo o arrendamento não são os altos valores, mas sim a necessidade de arrendamentos adequados que deem uma rentabilidade mínima ao agricultor. Outra questão desfavorável é a tributação, valores muito onerosos, tanto antes quanto após a porteira. A diferença entre o importado e o nacional é de 0 a 4% ICMS e 4 a 12%, respectivamente. Ao final, disse também que o setor continua na busca pela rotulagem do arroz, semelhante ao azeite de oliva, com intuito de dar segurança à cadeia produtiva e proporcionar ao consumidor a informação correta sobre a qualidade dos produtos. Vale ressaltar que também houve diminuição da oferta de crédito ao produtor, redução dos contratos de custeio, aumento dos recursos, e uma alta elevação nos custos, na faixa de 70%.

Encerramento:

A data da próxima reunião da câmara ocorrerá no dia:

22 de março – (MAPA) - Brasília/DF – 10:00h às 13:00h.

O Presidente agradeceu a presença de todos e, não havendo mais assuntos a serem tratados, a reunião foi encerrada às treze horas e dezenove e um minutos, e eu, Guilherme Oliveira Werneck, redigi a seguinte memória de reunião, revisada pelo Secretário da Câmara.

Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

Dados da próxima reunião

Local:			
Data da reunião:		Hora de início:	
Pauta da Reunião			

Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------